

Demonstrações Financeiras

Linha Amarela S.A. - LAMSA

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de dezembro de 2009

Índice

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA ou Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes (continuação)

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

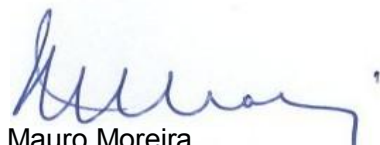
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados como informação suplementar não requeridos pelas práticas contábeis no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de março de 2009 que não conteve qualquer modificação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na primeira adoção destas práticas contábeis, os balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2009 foram ajustados para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (1º de janeiro de 2009). Esses ajustes foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2011

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
ATIVO		reapresentado	reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	13.357	10.968	42.023
Créditos a receber (Nota 6)	6.776	11.305	10.985
Impostos a recuperar (Nota 7a)	1.100	191	3.194
Despesas antecipadas	408	413	448
Partes relacionadas (Nota 9)	24.221	30.884	
Outros créditos	753	567	743
Total do ativo circulante	<u>46.615</u>	<u>54.328</u>	<u>57.393</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imóveis destinados a venda (Nota 6)	5.100	-	-
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.497	2.777	2.587
	<u>7.597</u>	<u>2.777</u>	<u>2.587</u>
Investimento	145	145	145
Imobilizado (Nota 10)	10.745	10.777	8.659
Intangível (Nota 11)	179.126	60.362	53.346
Total do ativo não circulante	<u>192.513</u>	<u>74.061</u>	<u>64.737</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>244.228</u>	<u>128.389</u>	<u>122.130</u>

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
PASSIVO		reapresentado	reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	1.638	256	123
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	104.603	-	-
Impostos, taxas e contribuições (Nota 7c)	16.525	15.474	15.703
Obrigações trabalhistas	5.004	4.295	3.933
Adiantamento de clientes (Nota 10)	3.887	5.008	5.387
Outras obrigações	1.283	1.258	1.407
Total do passivo circulante	<u>132.940</u>	<u>26.291</u>	<u>26.553</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências (Nota 13)	444	772	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	2.251	1.036	-
Impostos a recolher	-	-	238
Receita diferida	-	507	550
Total do passivo não circulante	<u>2.695</u>	<u>2.315</u>	<u>788</u>
Patrimônio líquido (Nota 14)			
Capital social	54.118	54.118	54.118
Reservas de lucros	10.824	10.824	10.824
Dividendos adicionais a distribuir	43.651	34.841	29.847
	<u>108.593</u>	<u>99.783</u>	<u>94.789</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>244.228</u>	<u>128.389</u>	<u>122.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
		reapresentado
Receita de serviços	170.006	155.649
Receita de construção	<u>122.670</u>	<u>10.987</u>
Receita líquida de vendas	<u>292.676</u>	<u>166.636</u>
Custo dos serviços prestados	(38.166)	(38.113)
Custo de construção	(119.097)	(10.667)
Lucro bruto	<u>135.413</u>	<u>117.856</u>
Despesas e receitas operacionais		
Despesas de pessoal	(11.747)	(10.350)
Despesas administrativas	(10.420)	(9.901)
Despesas financeiras (Nota 15)	(8.393)	(5.078)
Receitas financeiras (Nota 15)	3.721	4.826
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.723)	109
	<u>(28.562)</u>	<u>(20.394)</u>
Resultado antes da provisão para Imposto de renda e contribuição social	106.851	97.462
Imposto de renda corrente (Nota 7)	(24.729)	(23.653)
Contribuição social corrente (Nota 7)	(9.269)	(8.762)
Imposto de renda diferido (Nota 7)	(893)	(770)
Contribuição social diferida (Nota 7)	(322)	(266)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>71.638</u>	<u>64.011</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	<u>3.200</u>	<u>3.977</u>
Lucro líquido do exercício	<u>74.838</u>	<u>67.988</u>
Resultado por ação básico e diluído (Em R\$)	<u>R\$ 1,44</u>	<u>R\$ 1,31</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.
(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva	Reserva de retenção	Lucros	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
	social	legal	de lucros	acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	54.118	10.824	-	-		64.942
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-		29.847	29.847
Saldos em 01 de Janeiro de 2009 (reapresentado)	54.118	10.824	-	-	29.847	94.789
Dividendos pagos	-	-	-	-	(29.847)	(29.847)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	67.988		67.988
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 14)	-	-	-	(16.997)		(16.997)
Juros sobre capital próprio e dividendos intercalares declarados e pagos (Nota 14)				(16.150)		(16.150)
Dividendos adicionais a distribuir	-	-	-	(34.841)	34.841	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	54.118	10.824	-	-	34.841	99.783
Dividendos pagos	-	-	-	-	(32.828)	(32.828)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	74.838		74.838
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 14)				(19.213)		(19.213)
Juros sobre capital próprio e dividendos intercalares declarados e pagos (Nota 14)				(13.987)		(13.987)
Dividendos adicionais a distribuir	-	-	-	(41.638)	41.638	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	54.118	10.824	-	-	43.651	108.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Fluxos de caixa das operações		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	74.838	67.988
Ajustes		
Resultado de margem de construção	(3.573)	(320)
Depreciação e amortização	5.819	6.176
Baixa de bens do imobilizado	290	162
Provisão para contingências	-	772
Provisão para Imposto de renda e Contribuição Social		
diferidos	1.215	1.036
Lucro líquido ajustado	78.589	75.814
Variações nos ativos e passivos		
Créditos a receber	4.529	(320)
Imóveis destinados a venda	(5.100)	-
Depósitos judiciais	280	(190)
Impostos a recuperar	(909)	3.003
Despesas antecipadas	5	35
Outros créditos	(186)	176
Fornecedores	1.382	133
Impostos, taxas e contribuições	1.051	(467)
Obrigações trabalhistas	709	362
Adiantamento de clientes	(1.121)	(379)
Receita diferida	(507)	(43)
Outras obrigações	(303)	(149)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	(170)	2.161
Fluxos de caixa de investimento		
Mútuo concedidos a partes relacionadas	-	(30.884)
Recebimento de mútuos concedidos	6.663	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(121.268)	(15.152)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(114.605)	(46.036)
Fluxos de caixa de financiamento		
Juros sobre empréstimos	4.603	-
Empréstimos pagos a terceiros	100.000	-
Dividendos distribuídos e pagos e juros sobre capital próprio pagos	(66.028)	(62.994)
Fluxo de caixa usado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	38.575	(62.994)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.389</u>	<u>(31.055)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.968	42.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.357	10.968
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.389</u>	<u>(31.055)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Receitas	<u>309.367</u>	<u>181.491</u>
Receita de serviços	186.042	170.395
Receita de construção	122.670	10.987
Outras receitas	655	109
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	<u>(167.415)</u>	<u>(61.763)</u>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(38.166)	(38.954)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.152)	(12.142)
Custo de construção	<u>(119.097)</u>	<u>(10.667)</u>
Valor adicionado bruto	<u>141.952</u>	<u>119.728</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(5.819)	(6.176)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>136.133</u>	<u>113.552</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.721	4.826
Valor adicionado total a distribuir	<u>139.854</u>	<u>118.378</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(11.747)	(10.350)
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos Federais	(43.161)	(35.373)
Impostos Municipais	(9.269)	(8.524)
Impostos Estaduais	(61)	(55)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	1.215	1.036
Juros, aluguéis e terceiros	(8.393)	(5.078)
Juros s/ capital próprio (Reversão)	3.200	3.977
Lucros retidos	<u>(71.638)</u>	<u>(64.011)</u>
	<u>(139.854)</u>	<u>(118.378)</u>

1. Informações gerais

A Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro – R.J - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 86.325, o que, em função do estágio atual de operação, está previsto em seus planos de negócio. A Administração entende que os recursos gerados na operação são suficientes para o pagamento dos passivos.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Políticas contábeis (continuação)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.1 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receitas de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessão rodoviária, e que tal concessão é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05.

2. Políticas contábeis (continuação)

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data da contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.3 Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônicos, os quais são registradas pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.4 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 16) e CPC 28 – Propriedade para investimento (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1) e 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos CPC 15 a 41.

2. Políticas contábeis (continuação)

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.5 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.6 Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis (continuação)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2010 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.8 Tributação

As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio e	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	-

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 5,00%.

2. Políticas contábeis (continuação)

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240. no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.9 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. A Companhia não patrocina planos de pensão ou benefícios pós-emprego.

2. Políticas contábeis (continuação)

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não identificou ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

2.11 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2. Políticas contábeis (continuação)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Políticas contábeis (continuação)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.12 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.13 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixas, créditos a receber, contas a pagar e empréstimos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em

2. Políticas contábeis (continuação)

determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.14 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15 Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa é condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. A Administração tem a expectativa de realizar a venda dos imóveis dentro de um ano. Os ativos classificados como mantidos para venda não são depreciados.

2. Políticas contábeis (continuação)

2.16 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.18 Novos IFRS e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo

2. Políticas contábeis (continuação)

de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 3 – Combinação de negócios
 - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros
 - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
 - IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais
 - IFRIC 13 – Programa de fidelidade a cliente

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras.

3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis

Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade.

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para as novas práticas contábeis. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura em BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício publicados preparados de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis (continuação)

3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 37(R) (IFRS 1), a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos novos pronunciamentos contábeis.

A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o respectivo resultado e o tratamento dado pela Companhia:

- a) Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão de serviço público nas suas datas de aquisição devido a: (i) migração de sistemas; (ii) *turnover* de pessoal; e (iii) diversos aditamentos aos contratos de concessão, entre outros fatores. Dessa forma, a Companhia optou pela adoção deste Pronunciamento a partir da data de transição. A justificativa para impraticabilidade de aplicação retroativa do ICPC 01 foi apreciada e aprovada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2011.
- b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõem o saldo deste ativo, o fato da vida útil estar razoavelmente refletida na taxa de depreciação e a relevância deste critério.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a Administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: a Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- b) Registro de operações de hedge: a Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.
- c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis (continuação)

3.2 Reconciliação do Patrimônio líquido e resultado de acordo com as novas práticas contábeis

	Nota	Patrimônio líquido		Resultado do exercício
		31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Conforme adoção do CPCs		99.783	94.789	67.988
Dividendos adicionais pagos	(i)	(32.828)	(29.847)	-
Margem construção	(ii)	(320)	-	(320)
Ajuste das taxas de amortização	(ii)	(2.729)	-	(2.729)
Impostos diferidos sobre os ajustes das novas práticas contábeis	(iii)	1.036	-	1.036
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)		64.942	64.942	65.975

- (i) Reclassificação dos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do passivo para o patrimônio líquido em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico 24 – Eventos Subsequentes emitido pelo CPC
- (ii) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias e metroviária que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos e, devido a natureza dos seus contratos de concessão, as controladas não reconheceram ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada. Após a reclassificação para o ativo intangível a amortização passou a ser efetuada pelo prazo da respectiva concessão. Ainda em conformidade com o ICPC 01.
- (iii) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$ 251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- ▶ Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição;
- ▶ Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira;
- ▶ Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende;
- ▶ Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- ▶ Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- ▶ Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- ▶ Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- ▶ Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos.
- ▶ Urbanização de parques lineares em torno da via;

Como contrapartida destes Investimentos que serão realizados pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A extensão do prazo de concessão gerou um compromisso de construir no montante de R\$ 251.698 dos quais R\$ 136.845 (R\$ 123.639 de custos incorridos e R\$ 13.206 de adiantamentos concedidos) já haviam sido cumpridos até 31 de dezembro de 2010, restando o montante de R\$ 114.853 a cumprir.

4. Contrato de concessão (continuação)

O contrato de concessão acima sumariado foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela LAMSA. A exceção do aditamento ao contrato de concessão, firmado em 14 de maio de 2010, não houve alteração relevante no contrato de concessão citado acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (reapresentado)
Caixa e bancos	1.694	2.140	1.230
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	<u>11.663</u>	<u>8.828</u>	<u>40.793</u>
	<u>13.357</u>	<u>10.968</u>	<u>42.023</u>

As aplicações financeiras em CDB são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

O montante aplicado refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 103,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

6. Créditos a receber e ativos disponíveis para venda

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (Reapresentado)
Cartões de crédito	1.683	2.348	2.602
Concessionárias de rodovias (b)	5.016	3.816	2.836
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(319)	(632)	
Títulos Mobiliários (a)	-	5.100	5.100
Outros	<u>396</u>	<u>673</u>	<u>447</u>
Total circulante	<u>6.776</u>	<u>11.305</u>	<u>10.985</u>
Ativos disponíveis para venda (a)	5.100	-	-

6. Créditos a receber e ativos disponíveis para venda (continuação)

- (a) Em junho de 2010, a Companhia recebeu em pagamento à venda de 3.470 Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, realizada em 20 de março de 2007, dois apartamentos localizados no município de São Paulo. Estes imóveis não serão utilizados nas operações da Companhia e por este motivo estão classificados como ativos destinados à venda. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2010 o valor justo destes imóveis, deduzido dos custos estimados para sua venda, é superior ao seu custo. A Administração da Companhia possui a intenção de realizar a venda dos imóveis no próximo exercício.
- (b) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. O prazo médio de recebimento desses valores é de 30 dias

7. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	873	-	-
Imposto sobre operações financeira	100	75	39
Programa de integração social - PIS	-	-	482
Contribuição para a seguridade social - COFINS	-	-	2.673
Imposto sobre Serviços	127	116	
	<u>1.100</u>	<u>191</u>	<u>3.194</u>

Os impostos a recuperar no circulante referem-se basicamente às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas cuja previsão de realização é menor que doze meses.

b) Impostos a recolher

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (reapresentado)
Imposto de renda	5.492	9.624	9.885
Contribuição social	9.269	3.827	3.567
Imposto sobre serviço	854	905	1.437
Impostos retidos na fonte	263	555	307
Contribuição para financiamento da seguridade social – Cofins	485	463	417
Programa de integração social - PIS	105	100	90
IOF	57	0	0
Total	<u>16.525</u>	<u>15.474</u>	<u>15.703</u>

7. Impostos, taxas e contribuições (continuação)

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro antes da tributação	<u>106.851</u>	reapresentado 97.462
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	36.329	33.137
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
Adições e exclusões permanentes	(1.473)	868
Deduções incentivos fiscais – atividade cultural	(995)	(639)
Diferenças temporárias – novas práticas contábeis	1.215	1.036
Outros	137	(951)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>35.213</u>	<u>33.451</u>
Taxa efetiva	33%	34%

8. Depósitos judiciais

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Civil	91	363	363
Tributário	2.245	2.102	1.960
Trabalhista	161	312	264
Total	<u>2.497</u>	<u>2.777</u>	<u>2.587</u>

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao FISCO.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2010 o valor atualizado deste depósito judicial está demonstrado no quadro acima.

9. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre as partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento e melhor gestão das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros compatíveis com o mercado.

Em 28 de dezembro de 2010 a Companhia celebrou um instrumento particular de contrato de mútuo com a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada por sua acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. Invepar, no montante de R\$ 11.000, com prazo de 30 dias e vencendo encargos de 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI adicionado de uma sobretaxa de 0,2% ao mês, calculado *pro rata die*. Em 31 de dezembro de 2010 o crédito montava em R\$ 11.015 (receita de juros de R\$ 15).

Em 18 de setembro de 2009 a Companhia disponibilizou a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART o valor de R\$ 30.000 por meio de um instrumento particular de contrato de mútuo firmado entre as partes nessa data. Sobre o valor principal incidiram juros equivalentes a 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, acrescidos da sobretaxa de 2% a.a. calculado *pro rata die*, até o efetivo pagamento, que se dará em parcela única no prazo de dois meses, contado da transferência dos recursos, podendo ser prorrogado por igual período mediante celebração de termo aditivo entre as partes. O saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 30.884 (receita de juros de R\$ 884).

Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., (já havia adiantado R\$ 5.271 em dezembro de 2009) controladora indireta, para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do adiantamento é de R\$ 13.206 e não há impactos no resultado.

9. Partes relacionadas (continuação)

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 2.263 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.012 em 2009).

Composição	31/12/2010		
	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	1.333	15	1.348
Encargos	156	-	156
Benefícios	759	-	759
Total	2.248	15	2.263

Composição	31/12/2009		
	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	1.453	141	1.594
Encargos	170	-	170
Benefícios	1.248	-	1.248
Total	2.871	141	3.012

10. Imobilizado

Imobilizado - Custo	Taxas anuais de depreciação %	01/01/2009			31/12/2009			31/12/2010
		(reapresentado)	Adições	Baixas	(reapresentado)	Adições	Baixas	
Proteção acústica	4	520	-	-	520	-	-	520
Etiquetas eletrônicas	20	5.871	443	-	6.314	12	-	6.326
Instalações	10	1.113	1.025	-	2.138	464	-	2.602
Máquinas e equipamentos	10	3.412	1.367	(54)	4.725	966	(142)	5.549
Móveis e utensílios	10	652	212	(25)	839	79	(25)	893
Veículos	20	1.888	743	(287)	2.344	365	(158)	2.551
Benfeitorias	4	2.446	48	-	2.494	27	-	2.521
Equipamentos de informática	20	2.043	400	(21)	2.422	413	(37)	2.798
Imobilizado em andamento	-	30	-	-	30	-	(30)	0
		17.975	4.238	(387)	21.826	2.326	(392)	23.760

Imobilizado - Depreciação	01/01/2009	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Proteção acústica	(223)	(21)	-	(244)	(21)	-	(265)
Etiquetas eletrônicas	(5.025)	(597)	-	(5.622)	(217)	-	(5.839)
Instalações	(377)	(134)	-	(511)	(322)	-	(833)
Máquinas e equipamentos	(897)	(361)	3	(1.255)	(464)	14	(1.705)
Móveis e utensílios	(353)	(62)	9	(406)	(75)	19	(462)
Veículos	(888)	(389)	203	(1.074)	(562)	48	(1.588)
Benfeitorias	(366)	(82)	-	(448)	(84)	-	(532)
Equipamentos de informática	(1.187)	(312)	10	(1.489)	(323)	21	(1.791)
	(9.316)	(1.958)	225	(11.049)	(2.068)	102	(13.015)
Imobilizado Líquido				10.777			
	8.659	2.280	(162)		258	(290)	10.745

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2010, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

11. Intangível

Intangível – Custo	Taxas anuais de depreciação	01/01/2009 reapresentado	Adições	Baixas	31/12/2009 reapresentado	Adições	Baixas	31/12/2010
	%							
Software	20				3.845	190		4.035
Sistema Automatizado	10	3.609	236		254	0		254
Direitos de Concessão	Prazo de Concessão	254			154.955	47.565		202.520
Intangível em Construção		154.955			10.998	74.760		85.758
		-	10.998					
		158.818	11.234	-	170.052	122.515	-	292.567

Intangível – Amortização		01/01/2009	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Direitos de Concessão		(103.973)	(3.653)		(107.626)	(1.638)		(109.264)
		(105.472)	(4.218)		(109.690)	(3.751)		(113.441)
					-			
Intangível líquido		53.346	7.016	-	60.362	118.764	-	179.126

A Companhia tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, as companhias procederam na capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 508. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não foram capitalizados juros, pois a Companhia não utilizou recursos de terceiros para suas obras e operações

De acordo com o IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2010, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

12. Empréstimos

Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu e descontou junto ao Banco Santander S.A. Nota Promissória no valor de R\$ 100.000, com encargos de variação dos Certificados de Depósito Interbancários – CDI adicionados de uma sobre taxa de 0,50% a.a., com vencimento em 15 de janeiro de 2011, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão mencionado na nota 5. Em 31 de dezembro de 2010, haviam sido provisionados R\$ 4.094 de juros incorridos até a data. Não há garantia para esta nota promissória. Em 19 de janeiro de 2011 essa nota promissória foi resgatada.

Em 19 de janeiro de 2011 uma nova Nota Promissória, com prazo de 180 dias e valor de R\$ 150.000 foi emitida e descontada no mesmo Banco Santander, com encargos de variação dos Certificados de Depósito Interbancários – CDI adicionados de uma sobre taxa de 0,55% a.a., com vencimento em 18 de julho de 2011. Também não há garantia para esta emissão.

A cláusula restritiva é como segue: Dívida Líquida / LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) inferior ou igual a 3,0. Em 31 de dezembro de 2010 este índice foi observado.

13. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Trabalhista	280	(reapresentado) 388
Civil	164	384
Total	<u>444</u>	<u>772</u>

a) Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

13. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (continuação)

b) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, estimadas em R\$ 4.532 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.385 em 2009).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é de R\$ 54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76. Adicionalmente o estatuto social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração. Caberá à Assembléia Geral deliberar sobre a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram calculados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	74.838	67.988
Ajuste adoção novas práticas	2.013	-
Lucro líquido ajustado	76.851	67.988
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.213	16.997
Dividendos intercalares propostos e pagos (a)	10.787	12.173
Juros sobre capital pagos	3.200	3.977
Dividendos adicionais propostos	<u>43.651</u>	<u>34.841</u>

(a) Declarados e pagos com base em balanço semestral, como deliberado pelo Conselho de Administração, dentro de suas atribuições previstas no estatuto da Companhia.

14. Patrimônio líquido (continuação)

Em 2010, foram propostos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.200 (R\$ 2.720, líquido do imposto de renda retido na fonte), que se encontra provisionado. Em 2010 o Conselho de Administração aprovou a o pagamento de dividendos no montante de R\$ 30.000, os quais foram pagos no próprio ano.

Em 2009, foram propostos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.977 (R\$ 3.380, líquido do imposto de renda retido na fonte), dos quais R\$ 3.000 (R\$ 2.550, líquido do imposto de renda retido na fonte), foram pagos dentro do próprio exercício. O saldo remanescente no montante de R\$ 977 (R\$ 830, líquido do imposto de renda retido na fonte) foi pago no exercício de 2010.

Em 31 de julho de 2009, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$30.000, os quais foram pagos em agosto do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2010, considerando que a reserva legal da Companhia já atingiu o limite máximo para constituição, a Administração propôs a distribuição do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, qual seja R\$ 41.638. A proposta da Administração será apreciada pela Assembléia Geral Ordinária.

15. Resultado Financeiro

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)
Juros ativos	2.526	2,521
Varição monetária ativa	142	473
Outras	1.055	1,832
	<hr/>	<hr/>
Total receitas financeiras	3.723	4.826
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	(3.200)	(3,977)
Juros passivos	(4.087)	-
Outros	(1.106)	(1.101)
	<hr/>	<hr/>
Total despesas financeiras	(8.393)	(5.078)
	<hr/>	<hr/>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(4.672)</u>	<u>(252)</u>

16. Despesas por natureza

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> <u>(reapresentado)</u>
Segurança patrimonial	1.427	1.272
Assessoria e consultoria	2.379	2.209
Serviços de cobrança	504	553
Despesa de programas de RH	603	529
Despesas administrativas	1.823	1.898
Comunicação e publicidade	405	477
Despesas jurídicas	564	1.313
Doações	1.636	656
Contribuição sindical e associações	219	247
Outros	860	746
Total despesas gerais e administrativas	<u>10.420</u>	<u>9.901</u>

17. Seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir

<u>Empresa</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
LAMSA	Garantia	R\$ 13.782	18/12/10 a 18/12/11	Tóquio Marine
LAMSA	Responsabilidade civil geral	R\$ 6.000	01/05/10 a 01/05/11	Tóquio Marine
LAMSA	Riscos operacionais	R\$ 43.875	01/05/10 a 01/05/11	Tóquio Marine

18. Compromissos e responsabilidades

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes na data desta demonstração financeira, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados à medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor Mensal	Data Assinatura	Prazo Vigência
Vida UTI	Resgate em Ambulancias	R\$ 105	10/11/08	Indeterminado
Locar	Resgate com Guinchos	R\$ 73	12/09/08	12/01/13
Sitran	Segurança	R\$ 95	04/12/10	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

19. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

As operações da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

► Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e instrumentos derivativos, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

► Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitos mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

19. Instrumentos financeiros (continuação)

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros do empréstimo está vinculadas à variação do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, os quais nem todos estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos com características de *hedge*.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Notas Promissórias	CDI	(925)	(1.156)	(1.387)

20. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> <u>(reapresentado)</u>
Numerador:		
Lucro líquido atribuído aos acionistas da companhia	74.838	67.988
Denominador(milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações	<u>51.927</u>	<u>51.927</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	<u>1,44</u>	<u>1,31</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações.
